



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DO ESTADO DE CULTURA INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Núcleos históricos são centros dinâmicos que registram o desenvolvimento de uma localidade



Vista do núcleo histórico de Pitangui, que tem tombamento provisório desde 2004

_ página 09



Você reconhece?

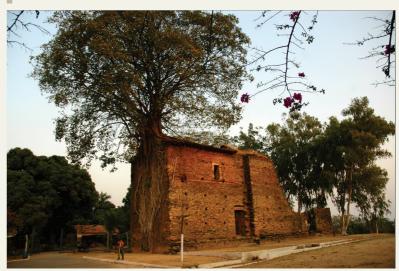


resposta na página 08

Em entrevista, o governador Aécio Neves fala da política estadual de proteção ao patrimônio

páginas 06 e 07

Nas ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, em Guaicuí, tombadas pelo IEPHA, chama atenção a imensa gameleira



Árvore entranhou suas raízes pelas paredes ajudando na sustentação

página 11

Editorial

Informar, Conscientizar, Preservar

Atingir um número crescente de pessoas, buscando sensibilizá-las cada vez mais sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural, seja ele material ou imaterial: é com esta proposta que o Bem Informado volta a circular, agora totalmente reformulado, com novo projeto gráfico e adaptações editoriais.

Voltada, inicialmente, para o público interno da casa, a publicação extrapolou esse limite, em razão do interesse despertado por sua temática principal, e agora passa a circular também fora do instituto. Para responder à demanda crescente de leitores e também ao preceito institucional da difusão e da cooperação municipal, o jornal retorna com maior tiragem e distribuição direcionada não somente para todos os municípios mineiros, mas também, em âmbito nacional, para órgãos e entidades do setor. Com mais páginas, o Bem Informado traz maior número de notícias e informações gerais sobre ações desenvolvidas pelo IEPHA e convida todos os leitores a mergulharem no universo de registros palpáveis que mesclam o passado, o presente e o futuro.

Todos os meses vamos dar notícias sobre os bens tombados pelo Estado de Minas Gerais, valorizar iniciativas de preservação e de educação patrimonial e divulgar ações desenvolvidas pelos municípios mineiros na área.

Acreditamos, com isso, contribuir para informar e conscientizar — esses dois verbos imprescindíveis na conjugação da teia de esforços para o sucesso da ação de preservar.

> Liana Portilho Presidente

ICMS Patrimônio Cultural

Anualmente, no mês de abril termina o prazo para que as prefeituras mineiras enviem ao IEPHA/ MG a documentação exigida para que tenham direito a pontuar no ICMS Patrimônio Cultural. Técnicos do instituto analisam os documentos e, ao final do ano, a tabela é divulgada. A lei de ICMS Cultural é um incentivo para que os municípios adotem acões para o tombamento e preservação do patrimônio histórico. No último ano, 660 municípios pontuaram.



🗘 Centenas de caixas recebidas contendo documentação são organizadas para análise

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eleonora Santa Rosa Secretário Adjunto: Marcelo Braga de Freitas

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Liana Portilho

Vice-presidente: Carlos Roberto Noronha

Chefe de Gabinete: Fabiana Machado Santiago

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Assessoria de Comunicação

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP) Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Projeto Gráfico/Diagramação: Litro Comunicação

Revisão: Pedro Souza Pinto Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclato 120g/m³

Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal - Distribuição gratuita e dirigida - É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.





Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br | jornal@iepha.mg.gov.br

03

Minas ganha Conselho do Patrimônio Cultural



Foi realizada no dia 22 de abril, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — BDMG · a primeira reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural — CONEP —, presidida pela secretária de Estado de Cultura, Eleonora Santa Rosa, e tendo como secretária executiva a presidente do IEPHA/MG, Liana Portilho. Foram empossados os conselheiros e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois. Liana Portilho destaca que a parceria entre os órgãos estaduais e sociedade civil vai resultar em grande fortalecimento das políticas de proteção do patrimônio mineiro. "Para o IEPHA, a criação e implantação do CONEP é motivo de alegria, pois vem consolidar uma nova estrutura administrativa de gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais, gestão essa que continua tendo o IEPHA como protagonista, aliado, agora, ao apoio dessa instância plurirrepresentativa, que é o CONEP", avalia.

"Damos um passo importante na gestão da Cultura, em Minas Gerais, integrando novos atores sociais em uma efetiva política pública do Patrimônio Cultural", destacou a secretária de Cultura, para quem cada conselheiro do CONEP traz, em sua bagagem de vida, o perfil do 'cuidador patrimonial' de quem olha com um olhar diferenciado e responsável o que temos de mais caro em Minas Gerais, que é o nosso patrimônio cultural. Ao final do primeiro encontro, Eleonora Santa Rosa Rosa já propôs o agendamento de uma próxima reunião, para o início de maio.

Transparência

A posição hierárquica do CONEP, no Sistema Estadual de Cultura, configurase em espaço de maior neutralidade e transparência para discussão e construção de políticas públicas estaduais, estruturando critérios e conceitos Carlos Rangel, diretor de Promoção do IEPHA, Marcelo Braga, secretário adjunto de Cultura, Eleonora Santa Rosa, secretária de Cultura, e Liana Portilho, presidente do IEPHA, na primeira reunião do CONEP

a serem adotados para a identificação, proteção, valorização e preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

A missão do CONEP é deliberar sobre políticas e outras medidas de tutela patrimonial, com vistas a orientar a formulação de metas por parte dos órgãos gestores estaduais e municipais na área patrimonial, com base em estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas, bem como pela comunidade. O conselho será responsável ainda por fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural e por decidir sobre o tombamento e o registro de bens em âmbito estadual. O apoio técnico ao CONEP será efetivado através do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

De sua estrutura, com 21 membros, fazem parte nove conselheiros que representam secretarias de Estado, IEPHA, Assembléia Legislativa e Universidade Estadual de Minas Gerais. Também compõem o Conselho 12 representantes de instituições não estaduais, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais, associações, institutos, ordem dos advogados, organização de defesa do patrimônio e representantes da sociedade civil que possuem 'notório saber'.

A participação da sociedade na formulação e execução de uma política estadual de proteção também será ampliada pela articulação com os municípios propiciada pelo conselho, diálogo este que encontra-se já em avançado estágio desde a implantação pioneira do ICMS Cultural em Minas.

IEPHA protege 131 bens nas várias regiões de Minas

Minas é o Estado brasileiro com maior número de bens tombados. Somados, os tombamentos em âmbito municipal, estadual e federal protegem mais de 3,3 mil bens culturais e naturais. Só pela atuação do IEPHA, em âmbito estadual, são 131 bens tombados - entre núcleos históricos, conjuntos paisagísticos, bens imóveis isolados e bens móveis.

A presença do Instituto em todas as regiões de Minas traduz-se na heterogênea distribuição geográfica, nos mais diversos pontos do Estado, dos bens por ele tombados, o que fica ainda mais claro no mapa ao lado.

Ao todo, 67 municípios mineiros têm ao menos um bem tombado pelo IEPHA. A região central do Estado abriga o maior número de municípios com bens tombados (23) e igualmente maior concentração de bens protegidos (68). Outras regiões com forte concentração de municípios com tombamentos estaduais são a Zona da Mata, com nove bens tombados em seis cidades, e a região Norte e parte do Jequitinhonha, com 10 bens tombados em 12 municípios. Na lista de localidades que registram maior quantidade de bens tombados, Belo Horizonte lidera com 28. Em segundo lugar, Conceição do Mato Dentro, com cinco tombamentos. Chapada do Norte, Juiz de Fora, Sabará e Santa Luzia empatam no terceiro lugar, cada um com quatro bens tombados.

Como solicitar tombamento ou registro

Uma solicitação de tombamento de um bem cultural (seja em âmbito municipal, estadual ou federal) pode ser feita por qualquer cidadão, entidade, associação ou, ainda, indicada pelo órgão de preservação.

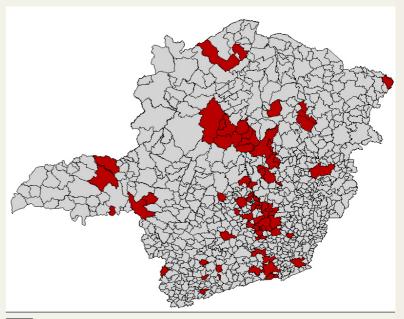
Podem ser tombados bens naturais (como picos, serras, rios e cachoeiras) e bens culturais de natureza material (bens móveis, integrados e imóveis). No caso de bens culturais de natureza imaterial (festas folclóricas, cultos religiosos tradicionais, culinária típica, dentre outros), a proteção é sob forma de registro, não de tombamento.

O pedido de tombamento estadual, juntamente com as informações necessárias para análise da solicitação (veja abaixo), deve ser endereçado à presidência do IEPHA/MG. (Confira o endereço no nosso expediente).

и Solicitação de tombamento de Patrimônio Cultural Material

Para abertura de análise deste tipo de solicitação, a documentação enviada ao IEPHA/MG deve conter identificação dos solicitantes e do atual responsável pelo bem, justificativa de relevância do tombamento do bem, número do processo de proteção municipal (se houver) e a representatividade da solicitação, ou seja, relação de pessoas e instituições que apóiam o pedido de tombamento.

Também é necessário encaminhar uma caracterização do bem, com sua localização, breve histórico e descrição (inclusive destacando estado de conservação), além de apontamento do uso atual e projetos para uso futuro. Para completar, pede-se ainda registro fotográfico de fachadas e ambientes internos.



Municípios com bens tombados pelo IEPHA

Pedido de registro de Patrimônio Cultural Imaterial

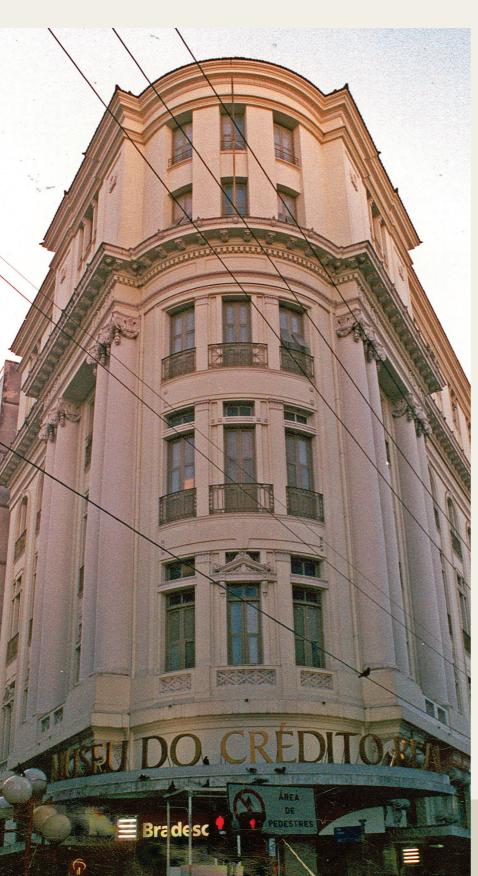
A documentação exigida inclui identificação do proponente e justificativa do pedido. Quanto à caracterização do bem proposto, é preciso denominação e descrição, com indicação dos grupos sociais envolvidos, onde ocorre, período e de que forma. Também é preciso contextualização histórica básica, além de referências documentais e bibliográficas disponíveis. Dependendo da natureza do bem, a solicitação deve incluir documentação multimídia adequada, tais como fotografias, mapas, desenhos, partituras, vídeos ou gravações sonoras. Deve incluir ainda declaração formal de representante da comunidade detentora do bem expressando interesse na instauração do processo de registro.

Outros números

- São 46 igrejas, várias delas tombadas dentro de núcleos históricos. Todo o acervo interno (imagens e paramentos) destas igrejas é tombado juntamente com elas.
- 9 núcleos históricos, 2 sítios arqueológicos e 1 sítio histórico.
- 12 fazendas.
- 4 parques e 5 praças.
- 7 escolas.
- 7 serras, 1 cachoeira e 3 picos, além de muitos outros pontos naturais tombados integrando conjuntos paisagísticos.
- 2 bens tombados considerados móveis: Vapor Benjamim Guimarães e Acervo Centro de Referência do Professor.



Programa garante monitoramento constante



Cabe ao IEPHA/MG, além da proteção aos bens por ele tombados, garantir sua conservação. Pensando nisso, foi criado o Programa de Inspeção e Vistoria nos Bens Culturais (INVISTA), que consiste na realização de visitas periódicas às cidades que possuem bens tombados. As vistorias são feitas em edificações civis e religiosas, conjuntos históricos, sítios naturais, ruínas, bens móveis e bens protegidos.

A ação constante de vistoria e supervisão garante um melhor planejamento e estabelece prioridades de intervenções, programando ações preventivas de conservação e de promoção, elaborando projetos de intervenção adequados, e ainda possibilitando a composição de um banco de dados referencial, com informações atualizadas sobre a situação física do bem tombado.

Durante as vistorias técnicas, são preenchidos formulários com informações sobre o estado atual dos bens, o registro de alterações arquitetônicas e do estado de conservação dos diversos componentes, identificando todos os problemas de conservação e descrevendo a taxa de deterioração dos elementos arquitetônicos e dos bens integrados.

A seleção de bens a serem vistoriados prioriza aqueles localizados em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os que sofrem danos por incidentes naturais ou os que são alvo de denúncia de ameaça de descaracterização ou estado de precariedade.

Intervenções

Em Juiz de Fora, foi realizada uma visita para estabelecer contato com as instituições que ocupam o prédio do Museu do Crédito Real — Secretaria de Estado de Planejamento, Associação de Aposentados do Credireal, Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora, Instituto Teuto-Brasileiro Willian Dilly, Associação de Cultura Luso-Brasileira, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora e Banco Bradesco. O objetivo é criar um condomínio para melhor proteção e conservação do prédio.

Outra visita foi feita a Itaúna. O IEPHA recebeu uma denúncia de que a paróquia da Igreja Nossa Senhora do Rosário, naquela cidade, estava realizando obras sem projeto. Os técnicos fizeram a vistoria, paralisaram a obra e posteriormente apresentaram um projeto dentro dos padrões arquitetônicos da igreja.

ENTREVISTA



Memória histórica de um povo é bem cultural atemporal

O Bem Informado traz entrevista exclusiva com o governador Aécio Neves, em que ele fala sobre a política estadual de preservação e proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico de Minas, destaca os investimentos feitos na área de cultura e reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelo IEPHA.

Qual o papel do Estado na preservação do patrimônio? Como o senhor vê a atuação do IEPHA em sua gestão?

Cabe ao poder público, em todos os níveis, em parceria com organizações não-governamentais e a comunidade, cuidar da preservação da nossa memória histórica coletiva. Este é um bem cultural atemporal, permanente e fundamental à nossa identidade como povo. Costumo dizer que, para construir o futuro, o que queremos ser, temos, antes, que saber o que fomos e o que somos. E esta gênese da nossa história se concretiza de forma muito especial no patrimônio legado pelas gerações que nos antecederam e que contribuíram para forjar os valores de Minas e dos mineiros, e, por que não dizer, também da brasilidade. Esta é uma missão especialmente importante para Minas, porque está justamente no nosso Estado mais da metade de todo o patrimônio histórico nacional, reconhecido inclusive internacionalmente. Os avanços que temos conquistado carregam uma decisiva contribuição do dedicado trabalho do IEPHA, dentro do Sistema de Cultura do Estado. Este ano, autorizamos medidas para valorizar o corpo técnico do instituto, como uma demonstração de reconhecimento, respeito e confiança na instituição.

Como o Estado pode cooperar com os municípios, seja incentivando-os na preservação ou auxiliando na implantação de mecanismos de proteção?

Nossa gestão tem procurado fortalecer a interiorização de suas ações, em todas as áreas. É diretriz da Secretaria de Cultura incrementar o diálogo com os municípios, e a política de preservação do patrimônio segue esta mesma linha. O IEPHA desenvolve uma série de programas para despertar a preocupação das comunidades locais com as questões de proteção ao patrimônio. A substancial participação dos municípios no ICMS Patrimônio Cultural – que cresceu mais

de 500% desde a sua instituição – mostra que cada administração municipal espera e conta com nossa colaboração.

Os projetos estruturadores do governo do senhor contemplam a área da cultura, com os Circuitos Culturais - entre eles o da Praça da Liberdade, que propõe abrir os prédios tombados do entorno da praça à população. Democratizar o acesso à cultura é um caminho para formar uma sociedade mais envolvida com sua história?

A proposta do Circuito Cultural, que vai equipar Belo Horizonte e Minas com o maior núcleo integrado de cultura do país, nasceu justamente com o propósito de abrir os prédios públicos da Praça da Liberdade à população, a partir dos novos usos que as edificações ganham. E também os outros circuitos, no interior do Estado, seguem a mesma linha. Um povo que usufrui dos espaços culturais de sua cidade, de seu Estado, certamente aproxima-se cada vez mais da sua história, sua identidade. No caso de Belo Horizonte, a praça se torna referência não só política, mas também cultural, histórica e turística.

Como o senhor ressaltou, Minas detém mais de 50% do patrimônio cultural tombado no País, o que nos torna um Estado intrinsecamente ligado às questões de proteção do patrimônio. O trabalho envolvendo as ações de preservação ganha cada vez mais destaque. O que ainda é preciso ser implementado nesta área?

A legislação que temos hoje ainda se baseia em conceitos do final da década de 30 do século passado. É preciso criar um marco regulatório estadual para o setor de preservação, que estabeleça diretrizes para todos os que desenvolvem ações na área do patrimônio cultural. Este estudo já vem sendo feito pelo IEPHA e a Secretaria de Cultura. Também é fundamental estabelecermos

parcerias com outras instituições públicas e também privadas, como é o caso do Circuito Cultural Praça da Liberdade, para fortalecer cada vez mais as iniciativas nesta área.

Com tantas urgências e prioridades — como as áreas de saúde, educação e segurança -, o governo do senhor tem conseguido dar destaque às questões culturais, incluindo o patrimônio histórico e artístico. Qual é o segredo?

Minas é respeitada no Brasil inteiro por suas tradições, pelas contribuições históricas inestimáveis que deu ao país, em todas as áreas. A esse patrimônio tradicional estamos incorporando o componente da ousadia para percorrer caminhos que outros ainda não percorreram. Hoje, Minas vive um momento especial, colhendo os resultados derivados de um novo modelo de gestão e dos investimentos realizados desde o início do nosso governo e que refletem nossa determinação em planejar e qualificar sempre cada vez mais os gastos públicos. Com todas as despesas que tivemos - e não foram poucas - para manter o bom atendimento nos nossos hospitais, o pleno funcionamento das nossas escolas e garantir a segurança da população, não deixamos de investir em outras áreas tão fundamentais para o desenvolvimento do nosso povo. Minas vive um novo tempo de ações fundamentais também na área da cultura. Inovamos na criação de importantes mecanismos de apoio à produção cultural em todo o Estado.

O senhor poderia citar alguns exemplos dessas ações?

Desde 2003, investimos mais de R\$ 200 milhões em programas e projetos de estímulo à produção artística. Somente no ano passado, os recursos somaram mais de R\$ 85 milhões. Esses investimentos contribuíram para dar um salto histórico qualitativo na política pública de cultura em Minas. Nesse mesmo período, somente por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, foram investidos R\$ 118 milhões para a produção de 2.168 projetos. Em 2007, 40% dos projetos que foram aprovados são do interior do Estado, o que reforça a nossa política de interiorização e democratização das ações da Secretaria de Cultura nos 853 municípios mineiros. Disponibilizamos R\$ 24,9 milhões pelo Fundo Estadual de Cultura para financiar projetos culturais que encontram dificuldade de captação de recursos no mercado. Para ampliar o acesso à leitura, criamos o programa "Construindo uma Minas Leitora", com o qual zeramos o número de municípios sem bibliotecas. Em todo o programa, foram investidos R\$ 3,4 milhões e distribuídos 125 mil livros. Esses e outros investimentos realizados de forma planejada talvez sejam o segredo da nossa política cultural e reforcem a nossa preocupação com a cultura, fundamental no processo de formação da cidadania do nosso povo. Já fizemos tudo isso, mas vamos avançar ainda muito mais.



Foto: Jomai

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte

IEPHA ganha novo estatuto

Foi publicado no dia 17 de abril, o novo estatuto do IEPHA que oficializa mudanças nas disposições gerais, estrutura administrativa e atribuições diversas, algumas já instauradas na instituição desde janeiro de 2007, quando a Lei Delegada nº 149 passou a vigorar. O novo texto vem substituir o estatuto anterior, de 2003, incompatível com a nova estrutura da instituição e com o atual contexto da política estadual de proteção ao patrimônio.

Atuando como regulamento interno da fundação, o estatuto é especialmente importante por deixar claras as atribuições de cada departamento e por consolidar, assim, o novo quadro da entidade - resultante do processo de reestruturação vivido pelo IEPHA - e os novos departamentos: a Gerência de Patrimônio Imaterial e a Diretoria de Promoção.

Dentre as novidades, a nova legislação prevê prioridade aos bens tombados pelo Estado no atendimento de demandas recebidas pelo instituto. Além disso, atribui ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) a competência relativa aos processos de registro e tombamento - de acordo com o Decreto 44785/08 que determina o regimento interno do conselho - a partir de pareceres técnicos do IEPHA.

O estatuto define ainda a composição do Conselho Curador do IEPHA, estabelece a periodicidade dos encontros e registra como atribuições do colegiado, dentre outras, a deliberação sobre a política de gestão do patrimônio e receita do IEPHA, e sobre regimento interno, plano de ação e orçamento anual do instituto.





O detalhe é parte da figura de Apolo, representada no painel que integra a decoração do Salão Nobre do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Ali o deus grego é representado, cercado por 12 musas esvoaçantes, em uma tela central, de 6mx4m, rodeada por painéis menores. Em cada um deles, está uma alegoria às artes: escultura, poesia, pintura e música.

O autor da pintura é Antonio Parreiras. A obra foi inaugurada em dezembro de 1925, com a presença do então governador de Minas Gerais, Mello Vianna, o próprio artista e de várias autoridades.

O Salão Nobre, onde está localizado o painel com a figura de Apolo, foi recuperado, durante a grande intervenção por que passou o Palácio da Liberdade, finalizada em dezembro de 2006. Todo o trabalho de restauro dos elementos artísticos do palácio — bem como as obras de recuperação — tiveram acompanhamento e supervisão de técnicos do IEPHA.



Aberto à visitação

Marco referencial da história republicana de Minas e do Brasil, o Palácio da Liberdade - edifício sede do governo mineiro há mais de 100 anos - reabre suas portas à visitação em breve.

Com projeto do engenheiro-arquiteto pernambucano José de Magalhães, a construção de 1897 acaba de passar por um longo processo de restauração sob a supervisão do IEPHA, que revelou verdadeiras obras de arte escondidas pelo tempo, além de estruturas originais da construção, escondidas sob camadas de tintas ou até mesmo de reboco.



Núcleos históricos registram ocupação ao longo do tempo

Lado a lado, edificações do século XVIII e do século XX contam, cada uma à sua maneira, momentos diversos de uma mesma história. Como livros abertos, núcleos históricos são um registro vivo, um testemunho de uma região, suas primeiras povoações, grupos formadores da cultura local, estilos, costumes, arte e arquitetura. São, enfim, uma narrativa palpável de toda a trajetória da ocupação e desenvolvimento de uma localidade.

Comparado ao tombamento de um bem isolado (um casarão ou uma igreja, por exemplo), o de um núcleo histórico abrange uma área muito maior, com vários exemplares originais de diversos momentos, décadas e até séculos diferentes. Assim, dentro de um mesmo núcleo tombado há hierarquização das edificações em níveis de tombamento, que vão desde uma proteção mais rigorosa (que só admite intervenções por restauro supervisionado) até uma proteção moderada ou leve (em que são permitidas alterações estruturais ou até a substituição do imóvel).

A diretora de Proteção e Memória do IEPHA/MG, Maria Marta Martins de Araújo explica que, ao contrário do que se costuma crer, o tombamento destas áreas não as transforma em imóveis vazios. "Núcleos históricos são centros dinâmicos. Continua havendo vida normal por lá, com moradia e comércio como em qualquer lugar. O que muda é o grau de atenção empregado para evitar impactos negativos ou comprometimento da qualidade da área", explica.

Benefícios

Teoricamente, qualquer cidade que mantém preservadas as características de sua origem poderia identificar e tombar municipalmente seu núcleo histórico. Em âmbito estadual, o IEPHA só tomba núcleos históricos que tenham representatividade para a história de Minas, que testemunhem a origem do Estado por volta do século XVIII.

Para um município, ter tombado um núcleo histórico significa valorização e proteção da sua história, além de desenvolvimento turístico.

Reconhecimento da importância do local pelo Estado, o tombamento funciona como carta de apresentação para que o município saia para captar recursos e abrir novas perspectivas de investimento. A ação abre portas para a busca de uma série de incentivos, parcerias e financiamentos para projetos de melhoria. Para os proprietários de imóveis situados em áreas tombadas, isso se traduz em valorização e melhoria na qualidade de vida com retirada de poluição visual, instalação de cabeamento subterrâneo, iluminação e sinalização diferenciada.

"O tombamento tem perspectiva de preservação do passado de uma localidade, mas também de novos caminhos para o futuro porque propicia novos investimentos, melhorias e novos negócios pela valorização da área. É reconhecimento do passado associado ao olhar futuro", explica Maria Marta.



1 Instalação de cabeamento subterrâneo elimina a poluição visual, causada pelo excesso de fios nas ruas, como em Pitangui

Pitangui

Atualmente, Minas tem nove núcleos históricos tombados em âmbito estadual. Destaque para o processo de proteção do núcleo histórico de Pitangui, ainda em andamento e com tombamento provisório desde 2004. Marcada por forte heterogeneidade, que põe lado a lado o estilo eclético do século XIX com casarões do XVIII, a área tombada compreende 16 ruas e um total de 132 imóveis. Integram ainda o núcleo de Pitangui quatro praças, duas escolas estaduais, duas igrejas, um museu de arte sacra e dois casarões tombados em âmbito federal.





Livro de bolso faz registro bem-humorado da tradição oral de Guaxupé

São muitas as formas de se proteger o patrimônio, de se preservar parte da história e da cultura próprias de uma região ou de um povo. Em Guaxupé, um exemplo de educação patrimonial teve grande repercussão entre a população por reunir sabedoria popular e muito humor. Trata-se do livro de bolso Boca a Boca, publicação anual da Prefeitura Municipal - por meio do Departamento de Cultura e do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (CDMPHC) -, que é fruto de um trabalho integrado entre a diretora de Cultura do município, Ceres de Almeida, o historiador Marcos David, e os jornalistas Sheila Saad e Sílvio Reis.

A proposta é registrar a oralidade, a mineirice no falar dos habitantes, por meio de seus causos, lembranças e, principalmente, de centenas de frases cômicas ditas por personagens anônimos e coletadas aleatoriamente no cotidiano desta pacata cidade de 50 mil habitantes. A publicação contém ainda um roteiro pedagógico para o desenvolvimento de atividades de educação natrimonial



No primeiro exemplar, de dezembro de 2006, as frases bem-humoradas dividiram espaço com um registro histórico de quatro manifestações culturais que exemplificam a riqueza do patrimônio imaterial de Guaxupé: Folia de Reis, Pastorinhas, orações de uma benzedeira e diversos causos antigos. Todas têm em comum a força da comunicação oral, da tradição transmitida por gerações, de boca a boca; daí o nome da publicação.

Engrandecem o valor do registro personagens como a benzedeira Efigênia Amélia de Paula. Filha e neta de benzedores, ela pode ser a última representante de uma tradição na família, já que nenhum de seus descendentes revelou vocação para o ofício. Ainda que isso aconteça, sua oração, registrada na página 16 da publicação, não se perderá no tempo.

Tradição secular que também parece estar em risco de extinção pelos tempos modernos, o armazém dita o foco da segunda edição do Boca a Boca, lançado em dezembro do ano seguinte. O registro histórico destas vendas, principais pontos de encontro da comunidade rural, se estendeu ao município vizinho de Guaranésia e

acabou por incluir a da Fazenda da Onça, construída por volta de 1895, e a venda do Alto dos Minchillo, que completa 100 anos em 2008.

Incentivo

A realização do primeiro Boca a Boca contou com recursos da prefeitura e de empresas locais amigas da cultura. A partir do segundo número, a publicação passou a ser totalmente custeada pela administração municipal com recursos do ICMS Patrimônio Cultural - incentivo estadual para que os municípios adotem ações para preservação do patrimônio histórico.

Cada edição teve tiragem de três mil exemplares, destinados prioritariamente a escolas estaduais e municipais e bibliotecas de Guaxupé. Os pequenos livros também foram distribuídos gratuitamente em restaurantes e outros pontos de visitação turística, além de terem sido enviados a diversas instituições de cunho cultural do Estado.

O lançamento da terceira edição já está agendado para dezembro de 2008. "A princípio, a idéia é refazer o caminho dos colonizadores da região, contando um pouco sobre as famílias que fizeram a tradição das fazendas do café e sobre como estão atualmente", adianta o historiador Marcos David, técnico do CDMPHC.





Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos

As ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos estão localizadas no distrito de Guaicuí, no município de Várzea da Palma. Segundo a tradição, o arraial da Barra do Rio das Velhas, depois chamado Barra do Guaicuí, no início do século XVIII, surgiu de um povoado indígena, formado pela tribo Cariris, emigrada de Santana do Cariri, no Ceará. Situado numa planície na confluência dos rios São Francisco e das Velhas, recebeu o nome Guaicuí (originalmente guaycuy), por este significar "Rio das Velhas" em tupi-guarani.

A ocupação da região é controversa. Alguns pesquisadores acreditam que o povoado teve origem quando parte da expedição de Fernão Dias, chefiada por Manoel Borba Gato, estabeleceu-se no local, por volta de 1679. Outros autores afirmam que a ocupação se deu por conta de grandes fazendeiros baianos que, empurrando o gado pelo Rio São Francisco, chegaram àquela região, antes dos bandeirantes.

Alguns estudiosos apontam a presença de padres jesuítas no local, no séc. XVII, época em que teriam construído a Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos. Porém não existe registro documental da época exata da construção da igreja - nem do período em que entrou em arruinamento.

A edificação, tombada pelo IEPHA, pelo Decreto nº 24.324 no mês de abril de 1985, nunca foi concluída. É construída em terreno plano cercado por arame farpado, quase à beira de um precipício, causado pela constante erosão provocada pelas águas do rio.

".....Toda em pedra de cantaria e cal mostra que no tempo da colônia, o lugar, conheceu melhores dias como sempre, é uma obra semiconstruída (...) A entrada do lado Sul nunca chegou a ser coberta por um telhado; na sacristia, a Leste, só há caibros e o campanário não passa de três barras de madeira, em forma de forca, sustentando o sino. Pilastras e púlpitos de pedra estão condenados a não passar de embriões e um arco de alvenaria destinada a marcar o lugar do altar-mor, ao Norte, está coberto de ervas daninhas." Esta descrição está no Dossiê de Tombamento e é de autoria do viajante Richard Burton, que percorreu a região em 1867.

A fachada principal é a mais destruída. As paredes alcançam apenas metade da altura do vão de entrada. Tanto na fachada lateral direita quanto na lateral esquerda as paredes apresentam-se quase totalmente demolidas. A fachada posterior é a única íntegra.

Chama a atenção a gameleira que nasceu no topo da empena e expandiu suas raízes pelos dois lados das paredes, aí se fixando.





Iconografia é fundamental para entender a cultura e a arte

Palavra procedente do grego eikon (imagem) e graphia (escrita), iconografia, de modo literal, é a "escrita da imagem". Atualmente se refere ao estudo da história e da significação de qualquer grupo temático, sendo uma ferramenta importante em estudos culturais e de história da arte. Uma análise iconográfica é feita por meio da identificação, descrição, classificação e interpretação de um tema das representações figurativas.

Santa Ana e São Joaquim

Minas Gerais é um dos dez estados mais católicos do país, mas poucos conhecem sobre a iconografia da Igreja Católica, principalmente sobre a Virgem Maria. A base para essa significação está na Bíblia Sagrada e, principalmente, nos chamados textos apócrifos, que narram fatos e contam histórias que, apesar de não estarem nos textos canônicos, se tornaram dogmas de fé.

Para falar da Virgem Maria, é necessário abordar a sua concepção e seu nascimento, falando de Santa Ana ou Sant'Ana. Seus dados biográficos mostram-na como mãe da Virgem Maria e, portanto, avó de Jesus Cristo. Sant'Ana pertencia à família do sacerdote Aarão e era casada com São Joaquim, da família real de Davi.

Joaquim era muito piedoso, mas fora censurado pelo sacerdote Ruben por não ter filhos, apesar de já ser velho. Este fato, muito importante entre os judeus, dificilmente se realizaria, pois Ana, sua mulher, já era idosa e estéril. Apelando para a graça divina, Joaquim se retirou para o deserto para rezar e fazer penitência. Essa iconografia nos mostra São Joaquim de Botas, onde esses calçados significam a sua viagem e retiro.

No deserto recebeu a visita de um anjo, uma anunciação - como aquela que a própria Virgem Maria receberia mais tarde - prevenindo-o de que Deus ouvira suas preces. Joaquim retornou à sua casa em Jerusalém, reencontrando Ana na Porta Dourada daquela cidade. Ambos se beijaram e, algum tempo depois, Ana ficou grávida, sem que entre eles tivesse havido contato carnal.

Pela sua paciência e resignação, Joaquim e Ana tiveram uma filha, mais tarde aquela a quem muitos chamariam de a Mãe de Deus. Eles moravam onde hoje se ergue a Basílica de Santana, em Jerusalém. Pela tradição, foi neste local que, num sábado, 08 de setembro do ano 20 a.C., nasceu a filha que recebeu o nome hebraico de Miriam, significando Senhora da Luz, traduzido para o latim como Maria.

No Ocidente, o culto de Sant'Ana remonta ao século VIII, quando, no ano de 710, suas prováveis relíquias foram levadas da Terra Santa para Constantinopla, sendo dali repartidas entre muitas igrejas. Em 1378, o Papa Urbano IV oficializou seu culto e, em 1584, o Papa Gregório XIII fixou a data da sua festa em 26 de Julho.

Até o século XIII, Sant'Ana foi tradicionalmente representada com Joaquim, seu esposo, na cena do seu reencontro, na Porta Dourada de Jerusalém, significando, por analogia, o momento da concepção da Virgem Maria.

No Brasil, a representação mais comum é aquela em que se vê Sant'Ana sentada, com um livro aberto ensinando Nossa Senhora, imagem conhecida como Sant'Ana Mestra. Nas páginas daquele livro estariam as verdades divinas que viriam a acontecer na vida da Virgem Maria.